

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 09.06.2022

Uniformização dos critérios de prevenção epidémica para a passagem alfandegária na Zona de Cooperação Aprofundada e na Grande Baía

A construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau é uma importante estratégia de desenvolvimento para a reforma e o desenvolvimento do País na nova era. No 2.º Plano Quinquenal do Governo da RAEM define-se, expressamente, como objectivo para 2025, uma melhor integração no desenvolvimento global do País, e Hengqin é uma plataforma importante para essa integração e para a participação na construção da Grande Baía.

Porém, neste contexto de epidemia, as restrições à entrada e saída em Guangdong, Hong Kong e Macau são imprevisíveis, devido às diferenças da situação epidémica e das medidas de prevenção adoptadas, e parece que o encerramento das fronteiras entre Hong Kong e Macau é permanente. Consequentemente, o progresso da integração na Grande Baía e o ritmo da construção da Zona de Cooperação têm sido lentos. Mesmo que os residentes de Macau estejam optimistas quanto ao seu desenvolvimento no Interior da China e tenham respondido aos apelos do Governo à vacinação (a taxa de vacinação actual é de 89,1%), as barreiras impostas no âmbito da prevenção têm dificultado a passagem transfronteiriça, a vida das pessoas, e as actividades económicas e logísticas. Para quebrar as barreiras e acelerar a integração na Zona de Cooperação e na Grande Baía, sob a normalização da epidemia, creio que é essencial estabelecer mecanismos de passagem alfandegária e padrões de prevenção epidémica uniformizados e ordenados nos três locais.

Proponho então ao Governo que comunique com os serviços competentes do Interior da China, para se considerar a zona de cooperação aprofundada como zona-piloto, e para que esta em conjunto com Macau sejam consideradas uma única zona através da uniformização dos critérios de higiene e prevenção, distinguindo-as de outras regiões do País, ou seja, só existirem medidas diferentes para as entradas e saídas entre a zona de cooperação aprofundada e Zhuhai, para facilitar a passagem fronteiriça dos residentes de Macau. É de notar que há jovens que têm de cuidar dos pais, mulheres e filhos, e se forem forçados a separar-se da família por causa da evolução da epidemia, serão muitos os inconvenientes e as preocupações. Só quando viver em Hengqin for igual a viver em Macau, incluindo medidas de prevenção iguais, é que será possível atrair as pessoas a viverem em Hengqin, injectando-se assim dinamismo na zona em causa.

Quando as medidas preventivas, a título experimental, da zona de cooperação aprofundada amadurecerem, podem então ser aproveitadas para estudar a uniformização dos critérios de prevenção epidémica entre Guangdong e Macau, a fim de se concretizar a passagem fronteiriça eficiente e conveniente de pessoas e de produtos, estabelecendo-se uma base para a integração entre Guangdong, Hong Kong e Macau.

A sociedade também tem expectativas quanto à passagem fronteiriça entre Hong Kong e Macau sem quarentena, pois trata-se duma necessidade de muitos para se reunirem com a família, para consultas médicas ou funerais, e o sector turístico também espera que os turistas de Hong Kong possam visitar Macau, com vista a impulsionar o consumo. Macau

está numa posição mais passiva, por isso, apenas se pode esperar que seja Hong Kong a negociar, de forma activa, com o Interior da China, para, além das quotas para visitas de carácter público e comercial, seja aberta gradualmente a entrada para um determinado número de visitas, tendo em vista, numa perspectiva humanitária, as necessidades especiais e urgentes da população e a política de abertura parcial das fronteiras.

Numa perspectiva de longo prazo, espera-se que os governos de Guangdong, Hong Kong e Macau considerem a uniformização dos critérios de prevenção e dos testes nas três regiões, tomando a Grande Baía como um todo. Há que elevar a capacidade de resposta às emergências de saúde pública, dialogar tendo por base a população, proceder à articulação das leis e regulamentos de saúde pública entre as três regiões, resolver os problemas técnicos, estudar activamente medidas que facilitam a passagem fronteiriça, e pôr em prática a construção, em conjunto pelas três regiões, de um espaço regional com condições ideais de vida, e com qualidade para viver, trabalhar e viajar.

IAOD dos Deputados Ip Sio Kai, Chui Sai Peng Jose e Wang Sai Man em 09.06.2022

Dar atenção às necessidades de funcionamento das empresas e aperfeiçoar o mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes

O rápido desenvolvimento das diversas indústrias principais nos últimos 20 anos, como o turismo e o jogo, proporciona muitos postos de trabalho, mas como a mão-de-obra local não os consegue preencher, é necessário contratar não residentes para aliviar a pressão da falta de recursos humanos. A prática demonstra que a complementaridade dos não residentes no mercado de trabalho local permitiu o rápido desenvolvimento de todos os sectores, e criou oportunidades e benefícios para o emprego, crescimento e mobilidade vertical dos locais, portanto, os trabalhadores quer locais quer não residentes são intervenientes e contribuem para o desenvolvimento da economia local.

A epidemia persiste há mais de dois anos, a recuperação e o desenvolvimento do turismo e do jogo não estão a decorrer como o previsto, e o resultado é a elevada taxa de desemprego dos locais. E mais, recentemente, fecharam mais casinos-satélite. Então, para promover o emprego dos locais, a sociedade está a pedir a saída dos não residentes. Segundo muitas micro, pequenas e médias empresas, devido à pressão e à dureza do trabalho, é difícil contratar e reter os locais, portanto, precisam de contratar não residentes para preencher as vagas que os locais não querem, mas, quando pediram a renovação da autorização para trabalhadores não residentes, as quotas foram cortadas, e os pedidos novos também não foram autorizados, situação que afecta o normal funcionamento das empresas e causa pressão à exploração. Perante a falta de recursos humanos e as perspectivas económicas preocupantes, entre outros factores, algumas PME optam por encerrar, e os trabalhadores ficam no desemprego. Se esta situação se agravar, a situação do emprego vai piorar.

Compreendemos e apoiamos a implementação da política de prioridade aos locais no acesso ao emprego de acordo com as actuais políticas e leis, e esta política define um mecanismo da saída dos trabalhadores não residentes e é para ser executada de forma permanente. Segundo os dados, até ao final de Abril de 2022, o número de trabalhadores não residentes diminuiu cerca de 30 mil, em comparação com o final de Dezembro de 2019, mas, o desemprego local não melhorou muito, o que demonstra que não existe uma relação de complemento entre os postos de trabalho libertados pelos não residentes e os postos de trabalho pretendidos pelos residentes. As necessidades de mão-de-obra das empresas locais são diferentes das intenções dos candidatos locais, o que resulta numa situação de “haver pessoas sem emprego e postos de trabalho sem candidatos”, e a mão-de-obra não se forma nem pode melhorar dum dia para o outro através de políticas. Se se reduzir, indiscriminadamente, o número de não residentes em todos os ramos de actividade e se os postos de trabalho não forem atempadamente preenchidos por locais, não só não é possível resolver o desemprego, como também se afecta o funcionamento das empresas locais, sobretudo das micro, pequenas e médias empresas.

No dia 30 de Maio, na Assembleia Legislativa, o Secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Nong, afirmou expressamente que não ia implementar, de forma radical, a saída dos trabalhadores não residentes. A saída destes trabalhadores é um mecanismo, e a conjugação

de emprego é o cerne. Apoiamos e concordamos com isto e esperamos que as autoridades concretizem, com rigor, a conjugação de emprego, que é um trabalho importante, ajudando os candidatos a entrarem, com sucesso, no mercado de trabalho, e apoiando, ao mesmo tempo, as micro, pequenas e médias empresas a encontrarem os recursos humanos de que necessitam.

Assim sendo, apresentamos as seguintes sugestões:

1. O Governo deve proceder com rigor à colocação profissional, prestar mais atenção às especificidades dos sectores e compreender quer as reais necessidades de recursos humanos das empresas quer a vontade e a capacidade dos candidatos. Isto pode resolver a falta de recursos humanos em alguns postos de trabalho que os residentes não querem, e disponibilizar mais oportunidades de contratação aos residentes, para que estes possam encontrar lugares correspondentes às suas capacidades.

2. O Governo deve continuar a otimizar o mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes. Por exemplo, quanto aos trabalhos que exigem determinados conhecimentos profissionais, técnicas e experiência ou aos administrativos ou braçais que os locais não querem, deve ponderar-se relaxar os requisitos de apreciação e autorização; e quanto aos postos de trabalho em que é mais fácil substituir os não residentes pelos residentes, se estes últimos tiverem vontade e capacidade e as empresas conseguirem contratá-los, há que mandar embora os não residentes, mas só depois de os locais completarem o período experimental, para uma transição sem sobressaltos e evitar qualquer impacto para o normal funcionamento da empresa devido à saída prematura dos não residentes.

3. Há dias, o Governo lançou um plano de abono à contratação, que pode atenuar os encargos dos empregadores na contratação de trabalhadores novos ou que venham de outra profissão. Isto é bom, mas sugere-se que se alargue o seu âmbito de aplicação, por exemplo, quando um empregador contrata trabalhadores locais para substituir não residentes, é necessário, de facto, um período experimental para assegurar que os mesmos sejam capazes de assumir as funções. Assim, durante este período, o empregador precisa de pagar salários a dobrar, portanto, espera-se que o plano de abono abranja também este tipo de custos, com vista a ser possível alcançar melhor os respectivos objectivos.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 09.06.2022.

Apelo às empresas de jogo para a “salvaguarda do emprego, sem redução dos salários”

Recentemente, circularam rumores de que vários casinos satélites vão encerrar no final deste mês, e com o aproximar do tempo, e como até ao momento ainda não foram divulgadas quaisquer informações oficiais, muitos trabalhadores estão preocupados com a possibilidade de perderem o emprego. Há dias, o Chefe do Executivo afirmou publicamente que “apesar da não renovação de contratos das concessionárias, a maior parte dos casinos satélites vai manter-se, por isso, espero que os trabalhadores fiquem descansados”. Estas palavras aliviaram, em certa medida, os trabalhadores, mas como o Governo já recebeu pedidos de ajustamento de funcionamento de casinos satélites, prevê-se que haja saídas de trabalhadores.

Uma vez que os casinos satélites envolvem muitos trabalhadores, a vida de muitas famílias vai ser afectada se houver uma avalanche. De acordo com a Lei do jogo em vigor, o encerramento dos casinos exige a apresentação de um pedido ao Governo, e acredita-se que este pode obter, antecipadamente, informações sobre a continuidade ou não dos casinos satélites, portanto, solicita-se que este avance com os respectivos planos e acompanhe a situação. O Governo salientou que os trabalhadores regressam às respectivas concessionárias para trabalhar, mas como as condições mudam, estes estão inevitavelmente preocupados, por isso, o Governo deve acompanhar bem a situação, para garantir que os trabalhadores se articulem sem sobressaltos, assegurando que os seus direitos e interesses não sejam afectados. Quanto aos trabalhadores que não pertencem às concessionárias, como os seus postos de trabalho se concentram principalmente na restauração, segurança, hotelaria, etc., e nestes postos existem ainda muitos trabalhadores não residentes, as concessionárias do jogo devem tomar a iniciativa de os contratar. O Governo deve criar postos de trabalho através da concretização do mecanismo de saída dos trabalhadores não residentes, no sentido de apoiar os locais a encontrarem emprego o mais rápido possível.

Também estou muito atento à protecção dos direitos e interesses dos trabalhadores do sector do jogo, e compreendo o impacto provocado pela epidemia. As seis concessionárias têm-se esforçado bastante no cumprimento das suas responsabilidades sociais, mas, os trabalhadores são, de facto, o grupo fraco, e só podem aceitar as políticas implementadas pelas suas empresas. Para reduzir as despesas, as concessionárias têm implementado, nestes últimos anos, licenças a receber metade de salário, licenças sem vencimento, mobilidade interna e até, recentemente, planos de redução salarial para os cargos de gestão. Como o ajustamento das condições de trabalho envolve as garantias laborais dos trabalhadores, solicito ao Governo que proceda bem à fiscalização, com vista a assegurar que as políticas implementadas correspondam à Lei laboral e que os direitos e interesses dos trabalhadores não sejam prejudicados. Além disso, os trabalhadores são recursos importantes das empresas, e o sector do jogo alimenta dezenas de milhares de famílias. A redução de rendimentos dos trabalhadores afecta directamente a subsistência familiar, portanto, apela-se às concessionárias para manterem os postos de trabalho sem reduzirem

os salários, para evitar o aumento da pressão psicológica e económica dos trabalhadores durante a epidemia, ultrapassando-se assim, em conjunto, esta época de adversidades.

O Governo tem-se esforçado em incentivar as concessionárias do jogo a expandirem os seus negócios aos mercados do exterior, o que é, sem dúvida, um rumo de desenvolvimento a longo prazo para o sector, nesta situação de não diversificação industrial e das fontes de visitantes, e merece o nosso reconhecimento. Porém, essa expansão exige talentos qualificados em vários aspectos, para atender e prestar bons serviços aos clientes de diferentes locais. A epidemia tem trazido desafios à economia e à sociedade, mas também oferece oportunidades para uma melhor formação de talentos. Espera-se que o Governo e as empresas do jogo tomem medidas preventivas, aproveitem bem as oportunidades de formação e, ao mesmo tempo, incentivem os trabalhadores a autovalorizarem-se, a participarem activamente em diversos tipos de formação e a aumentarem constantemente a sua própria competitividade, a fim de se adaptarem melhor às mudanças socioeconómicas e de promoverem o desenvolvimento saudável do sector.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 09.06.2022

Opiniões sobre o Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau para os próximos dez anos

A consulta pública sobre o Planeamento Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau para os próximos dez anos, que está a decorrer, é alvo da atenção da sociedade. Após a apresentação da política de “primazia dos transportes públicos”, os itinerários e o número de passageiros dos autocarros aumentaram, e a qualidade dos serviços também melhorou, podendo a população sentir o seu progresso. Mas a construção das rodovias não consegue acompanhar o aumento quer dos automóveis quer das necessidades de deslocação, e a capacidade dos serviços de autocarros também já atingiu o limite máximo, daí ser difícil aumentar, em larga medida, estes serviços. No passado, o Governo considerou os transportes ferroviários como solução principal do problema de deslocações, mas após vários anos de discussão, construção, atrasos e derrapagens orçamentais, o metro ligeiro registou, depois da sua entrada em funcionamento em 2019, um baixo número de passageiros, e até o seu funcionamento foi suspenso seis meses para reparação, não conseguindo surtir os devidos efeitos; e, devido às elevadas despesas operacionais e a várias avarias, a população dificilmente consegue depositar confiança no seu desenvolvimento.

Perante este impasse, o Governo referiu, durante a consulta, que ia insistir na política de “primazia dos transportes públicos”, e apresentou perspectivas e estratégias para aumentar a atractividade e as funções do metro ligeiro, melhorar a eficiência e os serviços dos autocarros, elevar a qualidade das deslocações e incentivar as deslocações verdes. Espera-se que, com a construção das redes rodoviária, ferroviária e pedonal, e com o desenvolvimento do trânsito inteligente, se alivie a pressão do trânsito local. De facto, as questões essenciais são saber o futuro desenvolvimento do metro ligeiro, se as novas instalações pedonais conseguem atrair mais utentes, e se os cidadãos que usam principalmente automóveis vão optar pelos transportes públicos e pelas deslocações a pé.

As autoridades esperam estender a linha da Taipa à estação da Barra até 2024, concluir as linhas de Seac Pai Van e de Hengqin até 2025, bem como a linha Leste em 2028 e, nessa altura, a rede do metro vai ser composta por 24 quilómetros. Prevê-se que, em 2030, o fluxo diário de passageiros aumente de 2880 por dia em 2020 para 137 000 por dia. Mas as pessoas questionam: as referidas obras vão ser concluídas dentro do prazo previsto? Será possível atrair as pessoas a utilizar o metro, tendo em conta as tarifas elevadas e a distribuição desequilibrada das estações? As autoridades devem aperfeiçoar, quanto antes, as tarifas do metro e a correspondência entre este e os autocarros, acelerando a localização da respectiva operação e reduzindo as despesas com a adjudicação da operação. No futuro, devem acrescentar elementos comerciais nas estações, para aumentar o valor do metro. O mais importante é assegurar a conclusão a tempo das obras e evitar as derrapagens, para mudar a imagem negativa do metro na sociedade.

Mais, a consulta propõe a construção de vários acessos pedonais. Tomando como referência a experiência da passagem superior para peões na Avenida de Guimarães, na

Taipa, constata-se que é possível atrair as pessoas a utilizar esta passagem se for construída adequadamente. Mas há muitas instalações para peões com taxa de utilização baixa, que apresentam problemas de longo tempo de planeamento e de construção, afectando o trânsito. As autoridades devem recolher mais dados sobre as pessoas que se deslocam a pé, fazer a ligação entre os principais acessos e instalações pedonais, e reforçar a respectiva protecção contra o sol e a chuva, pois só assim será possível aumentar efectivamente a vontade de se deslocar a pé e aproveitar bem as instalações.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 09.06.2022

Reconhecer a situação económica e mudar a mentalidade de emprego

Segundo o último inquérito ao emprego, a taxa de desemprego foi de 3,5 por cento e a dos residentes, de 4,5 por cento, iguais aos números do período anterior, e a taxa de subemprego subiu 0,2 pontos percentuais, para 3 por cento. Com a graduação dos estudantes universitários em breve e o encerramento de vários casinos satélite, prevê-se que a situação de emprego se vá agravar.

Para promover o emprego, o Governo lançou recentemente o “Plano de abonos provisórios para o incentivo à contratação de residentes desempregados por empregadores durante o período da epidemia”. A intenção desta política merece o nosso reconhecimento, mas, devido à incerteza da situação económica, é preciso esperar para ver os seus resultados.

A epidemia perdura há mais de dois anos, impedindo a recuperação económica de Macau. O número de visitantes é insuficiente, o ambiente de negócios das empresas não melhorou e a procura de recursos humanos está a abrandar ou até a estagnar. Há dias, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) reconheceu que muitos trabalhadores do sector do jogo têm dificuldade na colocação profissional e a razão principal é faltar vagas. Assim, é de salientar, mais uma vez, que, perante o duplo impacto resultante da epidemia e do ajustamento profundo do sector do jogo, se os trabalhadores continuarem com grandes expectativas de emprego e falta de flexibilidade na sua procura, vão estar numa posição social fraca, sob a realidade em que a falta e a procura de trabalho são maiores do que a oferta.

Espero que os residentes à procura de emprego ou desempregados se inteirem, tendo em conta as suas condições e a realidade social, da actual situação do mercado laboral, ajustem a sua atitude e mentalidade, e adoptem a estratégia de “primeiro, ter um emprego e, depois, fazer escolhas entre os disponíveis”, ou “primeiro, acumular experiência e, depois, escolher o rumo de desenvolvimento profissional”, para adquirir prática em diversos postos de trabalho, explorando assim as suas potencialidades. Os trabalhadores devem também ter consciência de crise e estar preparados para a adversidade, continuando a aperfeiçoar-se e reforçando as competências profissionais, para fazer face às necessidades da reconversão económica.

Ultimamente, tenho ouvido a expressão “baixar as suas exigências”. Perante as dificuldades económicas, “baixar as suas exigências” é uma atitude pragmática para se adaptar e se preparar para todas as situações, que se aplica não só aos candidatos a emprego, aos desempregados e a quem anda à procura de emprego, como também ao Governo e aos empregadores, pois, caso contrário, como é que é possível concretizar realmente o conceito “trabalhar em conjunto para combater a epidemia e juntar esforços para ultrapassar as dificuldades”? A vida é imprevisível e irregular, mas estamos convictos de que a epidemia vai acabar e de que as oportunidades são para as pessoas bem preparadas e dispostas a trabalhar arduamente. Espero que a população em geral valorize a

formação das capacidades e que, tendo em conta o seu desejo e as necessidades da sociedade, se esforce por elevar o próprio nível de conhecimentos e técnicas, a fim de se preparar para a escolha de uma melhor profissão no futuro.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 09.06.2022

Aperfeiçoar o regime de venda casas novas, para proteger os direitos dos pequenos proprietários

A aspiração de todos os residentes é ter casa e trabalho. Nos últimos anos, o Governo tem promovido a política de “cinco níveis de habitação”, mas além do planeamento, é também necessário definir e aperfeiçoar os diplomas legais, incluindo os regimes relacionados com o mercado privado. Segundo informações, de 2009 a 2020, o preço médio da área útil subiu 352 por cento, dificultando o pagamento de prestações. Além disso, muitas pessoas têm de enfrentar diversos riscos na compra de casa nova.

Aquando da pré-venda do Pearl Horizon, não havia ainda uma lei para os edifícios em construção, e em finais de 2015, o terreno foi revertido devido ao termo do prazo de concessão, e perante os pedidos de apoio dos pequenos proprietários durante anos, o Governo acabou por lançar a habitação para troca, para aquisição por candidatos elegíveis. Mas, muitos compradores têm de suportar as custas processuais para pedir a devolução do montante avultado, e sentem grande pressão económica e psicológica. Muitos deles interpuseram acção judicial há anos, mas o réu alega sempre a pandemia para adiar o julgamento, e alguns processos ainda estão por agendar, atrasando assim a devolução e as indemnizações.

Nos últimos anos, recebi vários pedidos de ajuda sobre a aquisição de imóveis em Hengqin e noutras regiões, por exemplo, vítimas de práticas de venda exageradas e enganosas que acabaram por verificar a desconformidade do bem imóvel com o publicitado, e há até casos em que o promotor não conseguiu concluir o projecto, devido a problemas financeiros. Actualmente, a Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin já criou uma equipa especializada para acompanhar a situação, e alguns proprietários recorreram aos meios judiciais com a esperança de obter uma solução justa.

Apesar das diferenças ao nível do local, espaço de tempo, contexto e motivos subjacentes a cada um dos referidos casos, os proprietários em causa têm de enfrentar o risco de prejuízos gigantescos, e os processos vão ser muito difíceis e cansativos, tanto ao nível físico como psicológico. A tomada de decisão acerca da aquisição ou investimento num imóvel com valor que facilmente envolve milhões deve ser, de facto, muito cautelosa, mas os proprietários são sempre a parte mais vulnerável e, se houver problemas, dificilmente têm condições financeiras, capacidade e tempo para reclamar os seus direitos junto do promotor, que tem uma posição dominante. Assim, diversas regiões definiram normas relativas à venda das fracções novas ou em construção, como Hong Kong, nossa vizinha, que dispõe de normas para a venda de habitações novas e criou serviços especializados e uma base de dados digitais central, com vista a reforçar a respectiva regulamentação e a transparência das informações.

Há dias, na resposta a uma interpelação de um deputado, o Secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Nong, afirmou que: “Macau dispõe de um regime jurídico perfeito

para a transacção de imóveis em primeira mão”. Eu não concordo, porque na realidade existem muitas lacunas na regulação da venda das fracções em primeira mão, o actual “Regime jurídico da compra e venda de fracções autónomas de edifícios em construção” já entrou em vigor há muitos anos, a lei é simples, contém muitas insuficiências. Em Maio de 2019, na resposta a uma interpelação escrita minha, a DSAJ refere que o Governo reconhece a existência de espaço para melhorias no âmbito da fiscalização das fracções autónomas em construção, podendo, em particular, definir, que o valor pago para adquirir fracções autónomas em construção pode servir a construção do respectivo edifício, bem como para estudar, a nível jurídico e prático, as diversas soluções viáveis. No entanto, já se passaram três anos, e ainda não se viu o rumo e a calendarização da revisão do diploma, nem quaisquer medidas de acompanhamento.

A oferta de habitação privada vai continuar a existir em Macau, por isso, exorto mais uma vez o Governo a tomar como referência as regiões vizinhas, no sentido de estudar e aperfeiçoar o regime de fiscalização da venda antecipada de fracções em primeira mão de edifícios em construção, incluindo o aperfeiçoamento das condições que permitem a venda antecipada, e definir expressamente que o montante recebido deve ser destinado exclusivamente às despesas de construção do edifício, evitando-se assim que os promotores que não tenham fundos suficientes, conduzindo ao “aborto” do projecto. Mais, devem ser claramente definidas as disposições relativas à venda das fracções, à publicidade, à brochura, ao cálculo do preço, aos modelos das fracções, aos contratos de compra e venda, às orientações e às normas sancionatórias, dando-se desse modo um passo em frente para ajudar os compradores a prevenir-se contra as armadilhas da venda, o atraso na entrega das fracções e a má qualidade do produto final, tudo para proteger os legítimos direitos e interesses dos compradores.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 09.06.2022

Desenvolvimento do turismo

O Governo afirmou que, neste momento, o Interior da China está a aliviar, de forma gradual, as medidas de controlo nas entradas e na quarentena. Neste sentido, o Governo da RAEM, após a avaliação efectuada pelos serviços competentes do Interior da China, procurará aliviar as restrições das medidas aplicadas em Macau. As férias de Verão estão quase a chegar, portanto, esta é uma boa notícia para o sector do turismo de Macau. Espera-se que o Governo da RAEM continue a responder à situação epidémica dos territórios vizinhos, envidando todos os esforços para a sua prevenção e controlo, evitando brechas na prevenção da epidemia que afectem de repente a celerização de alívio das referidas medidas. Ao mesmo tempo, o Governo e os operadores do sector devem preparar-se bem, com a devida antecedência, para criar mais elementos turísticos, aumentar a vontade de visitar Macau e prolongar o tempo de permanência dos turistas, estimulando o consumo turístico de hotéis, restaurantes, diversões, transportes, etc., restabelecendo assim a confiança geral da sociedade.

De facto, à medida que a situação epidémica em Macau se estabilizou, o Governo lançou uma série de actividades para atrair os visitantes e, através das promoções de rua com características próprias e das promoções turísticas durante a “Semana de Macau”, etc., divulgar aos turistas do Interior da China informações sobre Macau como destino turístico seguro e introduzir elementos turísticos nos bairros antigos, incluindo: o lançamento dos projectos de lojas características, o embelezamento dos bairros antigos, a criação de pontos de *check-in*, a organização de actividades características, como o “Arraial na Ervanários” e o “Arraial em Coloane”; e, em Setembro, será realizado um festival de gastronomia em Macau, em conjunto com as quatro cidades criativas da gastronomia do Interior da China, trazendo para Macau novos pontos turísticos e novos modelos de turismo. O Governo pode estudar a possibilidade de tornar permanentes algumas feiras com sucesso e a viabilidade de criar mercados nocturnos, integrando-os com a História, a arte e a cultura de Macau, como: espectáculos de música, entretenimento e lazer digital, *workshops* de trabalhos manuais, etc., criar o posicionamento de feiras, promover a diversidade cultural local e aumentar os elementos do turismo comunitário. Os programas turísticos “Arraial na Ervanários” e “Arraial em Coloane” são uma nova tentativa no âmbito do “turismo + tecnologias”, aliás, com a tecnologia de realidade aumentada (RA), cria-se um novo modelo que integra os elementos turísticos e tecnológicos, isto é, “Atracção de visitantes – experiências – *check-in* – consumo”. Para além de estender esta nova tentativa a outros pontos turísticos de Macau para criar zonas com temas diversos e aumentar o ambiente do turismo e das actividades criativas e culturais, o Governo também pode aperfeiçoar a aplicação e o serviço da tecnologia RA no sector do turismo, como aproveitá-la em GPS, acesso a informações relativas às compras, restauração e pontos turísticos, planos de viagem, marcação *online*, tradução em tempo real, produtos criativos e culturais individualizados, etc., a fim de aumentar a autonomia, a comunicabilidade e o conforto subjacentes ao turismo. Para as empresas de turismo, a publicidade via RA pode fornecer uma nova forma publicitária. Mais, com o futuro lançamento da 5G, com uma rede de telecomunicação com elevada velocidade, Macau

pode aprofundar os estudos sobre um novo modelo de desenvolvimento industrial, isto é, “tecnologia + cultura e turismo”, para otimizar e remodelar os recursos tradicionais das áreas de cultura e turismo, inovando e melhorando a qualidade do turismo, com vista a proporcionar aos turistas uma nova experiência.

Para além de elevar a atractividade do turismo local, há que aproveitar as vantagens das políticas da Zona de cooperação aprofundada; efectuar a fusão das características do intercâmbio das culturas ocidental e oriental de Macau com os recursos naturais de Hengqin; planear, com Hengqin, mais interacções regionais Hengqin-Macau e produtos turísticos e itinerários multidestinos; aumentar o intercâmbio e a cooperação cultural e turística entre Macau e Hengqin; e criar zonas turísticas e de lazer nas duas margens do rio. Mais, os profissionais de exposições, convenções, eventos, artes performativas e indústrias culturais e criativas devem estudar a forma de integração no desenvolvimento dessa Zona, em prol da promoção da cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau nas áreas cultural e turística.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 09.06.2022

Apoio às PME e desenvolvimento da economia comunitária

Já terminou o Festival dos Barcos-Dragão. Segundo os dados do Corpo de Polícia de Segurança Pública, entre 3 e 5 de Junho, o número total dos turistas que entraram em Macau atingiu os 70 mil, ou seja, uma média de cerca de 23 mil pessoas. Este número é um pouco inferior em comparação com os 27 mil visitantes por dia registados no período dos feriados do 1 de Maio, mas é maior do que nos fins-de-semana normais, o que estabiliza as expectativas das PME. Antes do Festival dos Barcos-Dragão, o prazo do teste de ácido nucleico para a passagem fronteiriça entre Zhuhai e Macau foi retomado para sete dias, o que traz um sinal positivo para os visitantes do Interior da China e ajuda a aumentar a confiança das empresas locais, para que tomem a iniciativa de planear a próxima época de férias de Verão em Julho e Agosto.

Mas o desenvolvimento imprevisível da epidemia tem afectado gravemente o número de turistas que visitam Macau, afectando a recuperação económica, por isso a pressão dos diversos ramos de actividade mantém-se pesada. Recentemente, muitas PME tomaram a iniciativa de avançar com mudanças, pretendendo introduzir novos produtos e realizar actividades para atrair turistas, e, sob um ambiente seguro e profiláctico, continuar a reforçar as medidas de captação de clientes, portanto, sugere-se ao Governo que, aquando da implementação do Programa de Benefícios de Consumo, lance mais medidas para as ajudar na sua continuidade. Em primeiro lugar, pode-se começar por otimizar os diversos planos de apoio às PME lançados pelo Governo. Primeiro, relativamente à bonificação de juros, propõe-se que seja considerada a prorrogação do prazo de bonificação do Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para as Pequenas e Médias Empresas, bem como o aumento do número de candidaturas, e até a possibilidade de as PME que enfrentam dificuldades especiais poderem participar num novo plano de bonificação de juros; Segundo, propõe-se o alargamento do âmbito de aplicação do Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas e o estabelecimento de um plano de garantia de créditos aplicável às PME na luta contra a epidemia, para se assumir melhor a função desta garantia. Terceiro, o prazo de restituição dos apoios financeiros após o cancelamento do plano é curto e, como muitas PME não conseguem restituí-los num curto espaço de tempo devido à má situação económica, propõe-se ao Governo que avance com o respectivo regulamento administrativo, acrescentando disposições flexíveis, por exemplo, negociar com o Governo um mecanismo flexível de restituição, deixando maior espaço de manobra aos proprietários das PME.

Além disso, sugere-se ao Governo que continue a otimizar o ambiente de negócios das PME, através de mais eventos, para, aproveitando o desenvolvimento do turismo com o de outros sectores de actividade, se poder produzir a sinergia que dinamize o ambiente comunitário. Deve-se também reforçar a divulgação e aproveitar plenamente as plataformas *online* de promoção de hotéis e bilhetes de avião, para que estas sejam também utilizadas como canais de promoção para as PME. Os dados sobre o turismo

(Tradução)

regional de que Macau dispõe devem ser maximizados. A DST já publica os relatórios relevantes na plataforma de dados “Turismo +”. Porém, devem ser utilizadas formas de apresentação simples, claras e dinâmicas, com gráficos e textos concisos para facilitar a compreensão das PME, ajudando os diversos sectores na sua análise da situação do desenvolvimento económico das diferentes regiões, a fim de elaborarem estratégias operacionais mais específicas.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 09.06.2022

Acelerar a inovação com qualidade, impulsionar a recuperação do turismo

Após o retorno de Macau à Pátria, a economia de Macau desenvolveu-se rapidamente, e os sectores do turismo e do jogo desempenharam um papel importante para a impulsionar. Mais, quanto ao mercado de turismo, os turistas são principalmente provenientes do Interior da China e de Hong Kong e alguns, da região de Taiwan e dos países do sudeste asiático. Devido à necessidade de prevenção e controlo da epidemia, as viagens comerciais sofreram grande impacto, assim, neste momento, o ritmo de recuperação do turismo é lento, todos os sectores estão a ser prejudicados com a epidemia e a pressão de emprego é grande.

Face ao assunto, o Governo tem vindo a consolidar os resultados obtidos na luta contra a epidemia, tomando, no pressuposto da salvaguarda da segurança na prevenção epidémica e sob atitude activa, medidas eficazes para acelerar a entrada dos turistas em Macau. Há dias, a validade do resultado do teste de ácido nucleico para a passagem fronteiriça entre Guandong e Macau passou para sete dias, o que é, num ambiente de negócio difícil, um reforço da confiança no desenvolvimento do turismo. Desde que Macau continue a efectuar um bom trabalho de prevenção e controlo da epidemia, e a reforçar a construção de um ambiente seguro para viagens, acredita-se que o número de turistas a entrar em Macau será gradualmente recuperado e aumentado. O mercado de turismo do Interior da China é grande, por isso, desde que as condições o permitam, apoio que o Governo continue a divulgar nas cidades da China a imagem de Macau como cidade turística segura. Mais, como o Governo divulgou uma série de medidas que oferecem descontos nos hotéis e nos bilhetes de avião, e o sector do turismo tomou um conjunto de medidas para atrair turistas, é possível procurar e criar condições para aproveitar o mercado turístico do Interior da China, por forma a acelerar o ritmo de recuperação da indústria turística local.

Não podemos negar que a monotonia do mercado turístico não favorece o desenvolvimento sustentável da indústria do turismo. No futuro, por um lado, é preciso melhorar os equipamentos de *hardware* e *software* do turismo, enriquecer o conteúdo do Centro Mundial de Turismo e Lazer, reforçar o desenvolvimento de um turismo saudável e promover o desenvolvimento da indústria de turismo de alta qualidade; por outro, proceder a um balanço contínuo das experiências de sucesso na divulgação e promoção turística no Interior da China face à epidemia, para poder explorar o mercado internacional turístico após esta, como os mercados turísticos do Sudeste Asiático, Nordeste da Ásia, Japão, Coreia do Sul e dos Países lusófonos, aumentar o mercado de visitantes, inovar os produtos turísticos de qualidade e empenhar-se na construção de Macau como um Centro Mundial de Turismo e Lazer.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng, Pang Chuan e Kou Kam Fai em 09.06.2022
Promover o espírito das missões espaciais e escrever um novo capítulo do seu desenvolvimento

Há dias, foi lançada com sucesso a nave espacial tripulada Shenzhou 14, mostrando mais um avanço rumo ao próspero futuro da indústria aeroespacial do País. Os astronautas chineses de todas as gerações não esquecem as suas aspirações e lutam arduamente para conseguirem ultrapassar as dificuldades, espírito este que merece a nossa referência e aprendizagem.

Macau está a enfrentar múltiplos desafios resultantes da persistência da epidemia, do ajustamento profundo da economia e da complexidade e constantes mutações da conjuntura internacional, e o sucesso das indústrias aeroespacial e tecnológica do País consegue incentivar-nos e inspirar-nos para desenvolver o espírito aeroespacial nacional. Pelo exposto, apresentamos as seguintes ideias:

1. Promover o espírito empreendedor e inovador. O recurso às tecnologias avançadas com vista à auto-suficiência e ao auto-aperfeiçoamento é o suporte estratégico do desenvolvimento nacional e a alma da indústria aeroespacial. Devemos agarrar as oportunidades e acompanhar o rápido desenvolvimento nacional, por exemplo, a Universidade de Ciência e Tecnologia participou na análise dos dados das missões das sondas Chang'e 1 a 5 e Tianmen-1, e foi a primeira equipa das regiões de Hong Kong e Macau a participar na exploração espacial e na respectiva investigação científica. Devemos promover ainda mais o desenvolvimento dos laboratórios de referência do Estado e os respectivos estudos, para impulsionar o ensino da ciência e tecnologia e formar talentos nesta área; devemos ainda criar condições favoráveis e aproveitar bem os diversos tipos de *software* e *hardware*, para a promoção, nas diferentes fases de ensino, do ensino temático, dos cursos de formação e dos *workshops*, nomeadamente sobre educação STEM, programação, protecção ambiental, conservação energética e exploração espacial, a fim de formar jovens talentos que desejem dar a sua retribuição ao país com a ciência e tecnologia.

2. Recorrer à ciência e à tecnologia para promover o desenvolvimento urbano. A chave da inovação em ciência e tecnologia reside na concretização do conceito de desenvolvimento inovador, isto é, o atrevimento para seguir um caminho que nunca ninguém seguiu, para enfrentar dificuldades e procurar a excelência. Podemos recorrer à “ciência e tecnologia +” para consolidar e aumentar as vantagens industriais de Macau, e iniciar estudos sobre projectos inovadores multidimensionais nas áreas da cultura, turismo, desporto, convenções e exposições, educação e saúde, no sentido de criar uma nova conjuntura industrial e de contribuir para a diversificação adequada da economia de Macau.

3. Transmitir o espírito de amor à Pátria e a Macau. O sucesso da indústria aeroespacial é o sucesso do caminho e do regime da China, e incentiva-nos a ter mais

confiança no caminho e no sistema do País, para concretizarmos juntos o grande sonho chinês. Não somos todos cientistas, mas devemos ter orgulho no desenvolvimento do País e em sermos chineses. Perante a prevenção e o controlo da epidemia, a recuperação da economia e as garantias da população após a epidemia, estão a surgir, gradualmente, contradições ao nível económico e social, portanto, há que intensificar a solidariedade nos diversos sectores e a força do amor à Pátria e a Macau, para assim resolver todos os problemas e contradições que o desenvolvimento Macau vai enfrentando.

Os grandes feitos vêm sempre de alguém com talento extraordinário, mas, sobretudo, com uma vontade inabalável, já é assim desde a antiguidade. O espírito das missões espaciais não exige que sejamos todos astronautas, salienta sim um estado espiritual de procura do progresso e de auto-aperfeiçoamento contínuo, para se ter uma carreira de sucesso e concretizar valores. Em 1970, foi lançado o primeiro satélite artificial do País, ao som da canção "Dongfang hong" ecoando no céu escuro. Os nossos predecessores trabalharam duramente para dar início à indústria aeroespacial, e agora é tempo da nossa geração a levar até outro patamar, com empenho e independentemente de chuvas e ventos. Espera-se que os diversos sectores sociais de Macau aprendam com o espírito das missões espaciais do País para se empenharem, em conjunto, na luta contra a epidemia.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 09.06.2022

Medidas destinadas a estabilizar as empresas e a garantir o emprego para apoiar a recuperação económica

Os residentes e todos os sectores foram afectados em diferentes níveis pela epidemia do novo tipo de coronavírus, que persiste há mais de dois anos, e o grande decréscimo do número de turistas teve um grande impacto na economia de Macau. Para estabilizar a economia e garantir a qualidade de vida da população, o Governo da RAEM implementou recentemente uma série de medidas de apoio para aliviar a pressão da vida quotidiana e também para estimular o consumo por parte dos residentes, melhorando o ambiente de negócios das PME. Quanto à recuperação do turismo, devido ao abrandamento da epidemia, as autoridades têm organizado vários eventos turísticos e actividades com atribuição de benefícios. Recentemente, o Chefe do Executivo afirmou que vai tentar relaxar as medidas de isolamento para a entrada em Macau durante as férias de Verão. Essas medidas positivas visam trazer confiança aos cidadãos de Macau e às PME neste período difícil, mas, segundo os últimos dados estatísticos, a taxa de desemprego dos residentes atingiu 4,5 por cento, alcançando um novo recorde desde 2009. O desemprego e a redução do rendimento têm aumentado a pressão dos residentes quanto às despesas familiares, afectando também a sua vontade de consumir. Devido a esse efeito em cadeia, quer a população quer as PME continuam preocupadas com as perspectivas económicas e de emprego.

Recentemente, visitei várias zonas da cidade, e muitas PME e associações comerciais afirmaram que o “Plano de benefícios do consumo por meio electrónico”, lançado recentemente, contribuiu para a melhoria do ambiente de negócios, e as empresas também têm oferecido promoções adicionais para atrair o consumo local, mas, devido à incerteza da economia de Macau, a população está mais cautelosa no consumo, comparativamente com os anteriores planos de benefícios de consumo. Mais, a contínua instabilidade devido à pandemia e à situação global fez com que os valores dos produtos e o seu transporte aumentassem significativamente, e a isso ainda há que acrescentar os custos com a renda, entre outros, pelo que a pressão na exploração de negócios é muito elevada, assim, espero que o Governo possa continuar a introduzir mais medidas e políticas de apoio, apoiando as PME de forma específica. Macau tem sido, desde sempre, uma economia orientada para o exterior e principalmente dependente do turismo, pelo que, neste momento, os visitantes continuam a ser a principal força motriz da recuperação económica. Recentemente, registou-se uma subida do número de visitantes do Interior da China nos feriados do Festival dos Barcos-Dragão, mas o número total de visitantes ainda não consegue ajudar as PME de todas as zonas, por isso o Governo deve acelerar a captação de mais fontes de turistas, sendo este o desejo de muitas PME.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Negociar activamente com o Interior da China sobre a retoma dos vistos de viagem em excursões. No pressuposto de a epidemia ser susceptível de prevenção e controlo, há que acelerar a retoma dos vistos individuais provenientes de mais províncias e cidades do

Interior da China e dos vistos de viagens em excursões, aumentar as regalias turísticas e reforçar a promoção da imagem de Macau enquanto cidade segura para visitar, a fim de atrair os turistas.

2. Políticas orientadas para a redução dos custos operacionais. Tendo em conta o aumento dos custos de exploração das PME, sugiro ao Governo que tome como referência o Aviso sobre os trabalhos prioritários para a redução de custos em 2022, publicado recentemente pelo Estado, implementando medidas de redução de impostos e taxas, por exemplo, se os proprietários reduzirem as rendas às PME, têm direito à redução da contribuição predial e do imposto de selo sobre arrendamento, o que é um incentivo para os proprietários reduzirem as rendas; continue a estudar o reforço das medidas de isenção do imposto complementar de rendimentos para as micro, pequenas e médias empresas, o aumento dos subsídios de electricidade, água e *internet*, o ajustamento da proporção de trabalhadores não residentes e locais, etc., com vista a reduzir os custos operacionais das empresas.

3. Ajustar as restrições de prevenção da pandemia para realizar actividades. Com a estabilização da situação pandémica em Macau e nas regiões vizinhas, o prazo de validade dos testes de ácido nucleico passou para sete dias. Sugere-se um relaxamento atempado das medidas de prevenção e combate à pandemia, aplicáveis à restauração e à realização de actividades, por exemplo, o limite do número de participantes nas grandes refeições e festas. Mais, há que estudar e avaliar o relaxamento das restrições de quarentena na entrada em Macau, a implementar antes do Verão, época alta do turismo, com vista à retoma gradual dos sectores da restauração, turismo + conferências ou convenções e exposições, e entretenimento.

4. Apoiar o desenvolvimento das plataformas de comércio electrónico. A fim de, sob a situação pandémica, alargar os canais de venda das PME de Macau e de ajudá-las a explorar o mercado do Interior da China e da Grande Baía, sugere-se às autoridades que lancem medidas para apoiar o desenvolvimento das plataformas de comércio electrónico locais, dando subsídios para cobrir as taxas e despesas na fase inicial e quebrando as barreiras da logística, para estimular o consumo quer na loja física quer *online*, e alargar o espaço de negócio das PME.

5. Divulgar atempadamente as futuras medidas de apoio. O programa de consumo electrónico contribui, de facto, para os fluxos de pessoas em diversas zonas, mas os benefícios de que os sectores efectivamente gozam variam. Assim, o Governo deve acompanhar, constantemente, o efeito das medidas de apoio económico e lançar, atempadamente, medidas de apoio amadurecidas, com vista a que as microempresas e PME possam continuar o seu negócio, para garantir o emprego e estabilizar a economia.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 09.06.2022

Prestar atenção ao desenvolvimento da educação científica no ensino não superior

As novas e avançadas tecnologias são cada vez mais importantes para o desenvolvimento económico, assim, a reserva de talentos na área tecnológica reflecte a competitividade de qualquer região e é um dos indicadores para demonstrar as competências dos seus jovens. Atendendo à tendência do desenvolvimento, o Governo atribui elevada importância à formação destes talentos e promove proactivamente a educação e a inovação científica; tem proporcionado, em diversos aspectos, oportunidades aos alunos na literacia científica, e definiu expressamente, no "Planeamento a médio e longo prazo do ensino não superior (2021-2030)", o aumento da literacia científica como uma das metas importantes para o futuro desenvolvimento da educação. Mais, o Governo também considera as novas e avançadas tecnologias como uma das indústrias principais para o desenvolvimento diversificado da economia. Neste sentido, os resultados da formação de talentos locais na área tecnológica são, com certeza, um elemento crucial que pode afectar o futuro desenvolvimento económico.

Tomando como referência as Linhas gerais do plano de acção no âmbito da literacia científica do Povo (2021-2035), o País considera que a generalização e a inovação científicas são igualmente importantes, portanto, só com o aumento generalizado da literacia científica é que se pode implementar com sucesso a educação científica e criar um ambiente favorável para a formação dos talentos respectivos. A educação científica dá importância à diversidade, e o ensino não superior de Macau tem bastantes vantagens neste aspecto, pois as escolas, sob o pressuposto de satisfazer o "Quadro da organização curricular" e as "Exigências das competências académicas básicas", podem desenvolver, por sua iniciativa, os seus programas pedagógicos, permitindo-se assim o desenvolvimento diversificado da educação científica.

No entanto, o conteúdo e a qualidade dos cursos dependem muito da equipa docente e das condições e recursos da própria escola. A ciência e tecnologia desenvolveu-se rapidamente, e a educação científica enfatiza a necessidade de acompanhar a evolução dos tempos. A qualidade do ensino e dos cursos exige investimento contínuo e estável de recursos como apoio. No passado, através do apoio financeiro do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia, as escolas obtiveram um grande apoio na promoção autónoma da educação científica, mas, com a integração dos três fundos educativos, o referido Fundo deixa de apoiar a criação de cursos científicos nas escolas, e passa a subsidiar os projectos com resultados de investigação científica. Como é que se pode permitir que as escolas e os docentes se adaptem melhor a esta mudança na elaboração dos planos pedagógicos sobre a educação científica? Isto vai afectar a formação de talentos na área da ciência e tecnologia.

Assim sendo, quanto ao reforço do desenvolvimento e da qualidade da educação científica no ensino não superior de Macau, apresento as seguintes sugestões:

1. Articulação eficaz entre a educação científica e a investigação científica. A reserva

de talentos é a base da investigação e inovação científica, e os talentos precisam de ser formados através duma boa educação, portanto, estes dois elementos estão interligados. Uma base sólida é essencial para a obtenção de resultados frutíferos. Proponho ao Governo que reforce o apoio à educação científica no ensino não superior e assegure a estabilidade do investimento de recursos, para se criar um bom ambiente científico nas escolas, nutrindo-se o espírito científico e a capacidade científica nos adolescentes, com vista a encontrar as potencialidades para o desenvolvimento das indústrias de ponta no País e em Macau.

2. Os recursos sociais são um apoio importante para a promoção da educação científica, portanto, a sua integração eficaz pode proporcionar aos jovens conhecimentos de vanguarda e avançados ao nível da ciência. Macau possui excelentes recursos, por exemplo, o Centro de Ciência de Macau e a Base de Macau Para o Ensino STEM Primário e Secundário da UMAC estão incluídos na Lista da Base Educativa Nacional de Popularização Científica 2021-2025, e o Centro de Ciência de Macau até está incluído no Primeiro Lote de Bases Nacionais de Educação do Espírito Cientista, criando-se assim boas condições para a promoção da educação científica. Propõe-se então, através da integração destas duas bases de educação e dos recursos da área científica existentes no Museu das Comunicações, a criação de actividades diversificadas e o desenvolvimento de cursos extra-escolares, com vista a proporcionar aos jovens e às escolas actividades e apoios mais eficazes na área da educação científica.

3. Propõe-se ao Governo que inicie, quanto antes, uma nova edição do “Relatório de avaliação sobre o ensino das ciências naturais nas escolas primárias e secundárias”. Este relatório foi divulgado em 2009 e serviu de referência à definição do “quadro da organização curricular” e das “exigências das competências académicas básicas”, assumindo um papel importante. A educação científica está a ser promovida há muitos anos, e o Governo deve proceder a estudos sobre a situação da sua implementação nos diferentes níveis de ensino, para rever, oportunamente, o nível e os resultados das ciências naturais e da inovação na educação científica, com vista a elevar a qualidade dos cursos, a definir objectivos claros para a generalização da educação científica, a formar, segundo esses objectivos e de forma específica, talentos na área da ciência e da tecnologia adequados para Macau, para a Grande Baía e até para o mundo.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 09.06.2022

Acelerar a construção do mercado de títulos de Macau e promover a diversificação da sua economia

Nos últimos anos, Macau tem-se empenhado no desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Sendo uma das actividades financeiras modernas, o Governo afirmou, no relatório das LAG para este ano, que é necessário promover o desenvolvimento do sector financeiro moderno, focando-se nas suas prioridades e de acordo com as suas capacidades.

A construção do mercado de títulos, enquanto ponto de partida principal para o sector financeiro moderno, está a atravessar um processo de desenvolvimento “do zero para o excelente” e, especialmente com a criação formal, no final do ano passado, da Central de Depósito e Liquidação de Valores Mobiliários de Macau Sociedade Unipessoal Limitada (MCSD), o Governo estabeleceu uma base para a construção do nosso mercado internacional de títulos.

Actualmente, o mercado de obrigações de Macau já pode fornecer serviços de registo, liquidação e custódia, entre outros. Ao mesmo tempo, as entidades emissoras de títulos com sucesso tornam-se cada vez mais diversificadas, abrangendo, por exemplo, emissoras de obrigações do Estado, obrigações financeiras de alto nível, obrigações dos governos locais, obrigações de sociedades com capital urbano, enquanto os títulos emitidos podem ser em *Renminbi*, Dólares de Hong Kong, Dólares dos Estados Unidos da América e Euros, etc.

Verifica-se, assim, que o mercado de obrigações de Macau já ganhou certa envergadura, mas é de notar que, em comparação com a emissão internacional de obrigações em geral e os mercados de capitais das regiões vizinhas, Macau ainda tem muitos aspectos a melhorar.

Primeiro, quanto à apreciação e autorização da emissão de dívida, o sector em causa referiu que, agora, quando os emissores querem emitir dívida, têm de se deslocar a Macau e entregar à MCSD (Central de Depósito e Liquidação de Valores Mobiliários de Macau Sociedade Unipessoal Limitada) e à AMCM os documentos relativos às transacções e, mais, têm de passar pela apreciação e autorização de vários serviços, com um tempo relativamente longo de 1 a 2 meses, isto por uma estimativa mais conservadora, o que não consegue dar resposta às necessidades do sector. Assim, sugiro ao Governo que siga as práticas internacionais, isto é, as empresas não necessitam de autorização desde que reúnam os requisitos legais, podendo isso aumentar a eficácia da emissão de títulos de dívida.

Segundo, quanto às instituições de investimento, só as instituições financeiras locais e algumas internacionais é que podem participar nas subscrições e investimentos de títulos de dívida, mas, devido ao controlo de riscos e políticas de investimento de algumas instituições financeiras, estas não conseguem investir nos títulos de dívida emitidos em

Macau, e, com a insuficiência de investidores internacionais, os títulos de dívida emitidos pelas empresas não são bem-sucedidos e têm um risco elevado, e, conseqüentemente, aquelas não conseguem atingir o plano de financiamento. Assim, sugiro ao Governo que, para além de atrair emissores de dívida de alta qualidade para emitirem as respectivas dívidas em Macau, simplifique ainda as exigências e diminua as dificuldades de investimento, com vista a atrair investidores internacionais de qualidade para investirem em Macau em títulos de dívida.

Quanto aos custos de emissão de obrigações, em Macau esta não só implica custos com os serviços das instituições profissionais, de registo e de custódia de obrigações, como também jurídicos adicionais. Quando os custos são elevados, a iniciativa das empresas na emissão de obrigações em Macau é facilmente afectada. Propõe-se ao Governo que, tendo em conta a prática dos mercados de obrigações vizinhos, crie um subsídio para as despesas relacionadas com a 1.^a emissão anual de obrigações, permitindo que seja utilizado para suportar as despesas da tomada firme das obrigações e dos serviços profissionais das instituições locais, para assim promover o desenvolvimento das instituições locais e atrair as empresas de qualidade a estabelecerem sucursais e a emitirem obrigações em Macau.

A construção do mercado de obrigações de Macau já está a obter os primeiros resultados, mas também a enfrentar maiores desafios. Espero que o Governo aproveite a posição de Macau como ponto de convergência no “círculo duplo” interno e externo, o apoio do mercado do Interior da China, o seu porto franco e a sua ligação com o mercado internacional de obrigações, entre outras vantagens. Após a construção de infra-estruturas para atrair investimentos, acredita-se que mais entidades emitentes e instituições de investimento de qualidade serão atraídas para aqui construir o mercado internacional de obrigações. Nessa altura, acredita-se que o nosso mercado obrigacionista entrará numa nova fase de rápido progresso, impulsionando o desenvolvimento de uma indústria financeira moderna.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 09.06.2022

Optimizar as medidas de apoio ao emprego e definir planos para fazer face ao desemprego e assegurar a estabilidade

Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, a recente taxa de desemprego de residentes atinge 4,5%, o número de desempregados ascende a 13 300, a taxa de subemprego subiu 3%, e o número de empregados locais diminuiu 100, em comparação com o período anterior.

O Governo anunciou recentemente que vai baixar a sua previsão de 130 mil milhões de patacas das receitas brutas do jogo para este ano, uma vez que estas não foram satisfatórias nos últimos meses. Face à retoma económica insatisfatória, muitas empresas fecharam portas ou reduziram a mão-de-obra, há muitos recém-graduados à procura de emprego, e alguns casinos satélite vão encerrar, portanto, prevê-se que o número de desempregados continue a aumentar. Esta situação não pode ser negligenciada. É de salientar que, face ao desemprego, às dificuldades em encontrar emprego e à pressão do dia-a-dia, muitos residentes dedicam-se ao contrabando para sobreviverem. Este fenómeno também realça as dificuldades existentes no mercado de trabalho, o que merece consideração cuidadosa por parte das autoridades.

Recentemente, o Governo lançou diversas medidas para estimular a economia de Macau, inclusivamente, a atribuição antecipada, em Abril, da comparticipação pecuniária deste ano, o 3.º plano de consumo electrónico contra a epidemia implementado em Junho e apoio concedido no âmbito do “Plano de abonos provisórios para o incentivo à contratação de residentes desempregados por empregadores durante o período da epidemia”. Sem dúvida, num curto prazo, essas medidas vão surtir algum efeito, aliviando, temporariamente, as dificuldades dos desempregados no seu dia-a-dia, mas isto é uma solução paliativa, pois, sobretudo, com a persistência da pandemia, são limitados os postos de trabalho acrescentados. Mesmo para os candidatos com experiência profissional e elevadas habilitações académicas, a situação de emprego não é boa. Ainda é difícil prever para quando será a retoma da economia, por isso, os residentes ainda desejam mais que o Governo dê um apoio efectivo ao nível das políticas de emprego, ajudando, verdadeiramente, os residentes a ultrapassarem as dificuldades.

Assim, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Além da antecipação da atribuição da comparticipação pecuniária deste ano, da nova ronda de benefícios para consumo electrónico, e do Plano de abonos para a contratação de residentes desempregados, o Governo deve avaliar, de forma contínua, os respectivos resultados, e introduzir atempadamente reajustamentos. Há que avaliar os resultados das sessões de conjugação de emprego, das feiras de emprego, e de acompanhamento, a colocação de emprego e o apoio específico para os desempregados de longa duração, que querem trabalhar, mas ainda não foram contratados. Mais, sugiro ao

Governo que aperfeiçoe as medidas de apoio ao emprego, avalie os resultados da formação subsidiada, para fazer bom uso dos recursos, e lance apoios mais directos, garantindo a eficácia das medidas.

2. Há que avaliar o número de trabalhadores não residentes das concessionárias de jogo e das grandes empresas, bem como os respectivos postos de trabalho, para concretizar o seu despedimento e libertar mais vagas adequadas para os residentes. Há que divulgar o número de vagas que podem ser preenchidas por residentes, e criar uma plataforma para a divulgação de informações e as colocações, aumentando-se assim a probabilidade de contratação. Mais, sugiro que se proceda à devida preparação para enfrentar o encerramento de casinos satélite, a entrada no mercado de trabalho de licenciados, e a falência de empresas devido à pandemia, para minimizar o impacto do agravamento do desemprego para a sociedade.

3. Segundo um inquérito recente numa organização juvenil, os interessados em trabalhar nas cidades da Grande Baía ou na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin representam, respectivamente, 51% e 57% dos inquiridos, e entre os factores que podem influenciar o interesse dos jovens por aquelas cidades, o principal é o factor salário, representando 71%. Assim, há que tomar como referência as regiões vizinhas, no sentido de se criar um plano de incentivo ao emprego dos jovens, com a atribuição de subsídios aos que pretendam trabalhar na Grande Baía, e que reforçar também a conjugação de emprego, por forma a melhor promover e apoiar o emprego dos recém-graduados e dos jovens.

É de salientar que, devido ao contínuo impacto da epidemia, os sectores relacionados com o turismo e o jogo têm sido os primeiros a ser afectados pela diminuição do número de visitantes, com impacto para as micro, pequenas e médias empresas, que acaba por se estender também aos respectivos trabalhadores e suas famílias. Assim, as autoridades devem ter em conta a situação actual, ajustar com rigor os planos de contingência, e lançar em tempo oportuno medidas de apoio para estabilizar a vida da população e a economia, criando condições favoráveis para a recuperação pós-epidemia.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 09.06.2022

Implementação da política de protecção ambiental e construção conjunta de um bom lar

No ano de 2022 celebra-se o 50.º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano. A ONU designou o dia 5 de Junho como o Dia Mundial do Ambiente, que passou a ser uma plataforma importante de acções de protecção ambiental para mais de 100 países. E o tema deste ano é “Uma Só Terra”.

O Evento Nacional do Dia do Meio Ambiente a 5 de Junho deste ano tem como tema “Construção Conjunta dum Mundo Limpo e Belo”. O Presidente Xi Jinping enviou uma carta de felicitações na qual afirma que: "O ambiente natural é a base da sobrevivência e do desenvolvimento humano, e preservar um ambiente ecológico saudável é a aspiração comum dos povos de todos os países. Temos feito da conservação ecológica uma iniciativa vital para sustentar o desenvolvimento da nação chinesa. Abraçando o conceito de que águas lícidas e montanhas exuberantes são bens inestimáveis, estamos a criar um belo lar com céus azuis, terras verdes e águas limpas para as gerações vindouras." Macau segue de perto a política nacional de desenvolvimento da protecção ambiental, acompanhando a evolução dos tempos.

A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) divulgou, recentemente, o Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2021, cujo conteúdo é em geral consideravelmente extenso e aprofundado. Refere-se que as PM10 e PM2,5 estão basicamente normais e que a concentração de ozono, um de seis indicadores, apresenta uma tendência de aumento nas áreas de alta densidade habitacional da Taipa, na estação ambiental da Taipa e na estação ambiental de Coloane. Sabemos que os dois principais componentes que formam, por reacções fotoquímicas, o ozono próximo da superfície terrestre são os óxidos de azoto (NOx) e os compostos orgânicos voláteis (COV). Os óxidos de azoto (NOx) provêm, principalmente, da indústria, dos transportes e das centrais eléctricas, e os orgânicos voláteis (COV) são produzidos pelo uso de solventes e pelas emissões da indústria, transito, fontes residenciais e vegetação. Creio que o aumento dos níveis de ozono nas estações de monitorização esteja relacionado com o aumento significativo da quantidade de obras na zona E do Pac On nos últimos anos, e está, em certa medida, relacionado com as emissões da Central de incineração e das oficinas de reparação de veículos, bem como com as emissões de escape decorrentes do aumento do fluxo de veículos. Segundo os resultados do XVI Recenseamento da População e do VI Recenseamento da Habitação, dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), em Agosto de 2021, a “Baixa da Taipa” ultrapassou os “Novos Aterros da Areia Preta” e a “Areia Preta e Iao Hon” como zona estatística mais populosa de Macau! Este resultado coincide com o resultado do Relatório do Estado do Ambiente!

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Proceder a mais análises estatísticas no Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2021, identificando as causas e soluções, para a população enfrentar e resolver conjuntamente os problemas.

2. O relatório refere o controlo de compostos orgânicos voláteis, que são pouco usados em Macau, por isso, há que cooperar com as regiões vizinhas, nomeadamente a Zona de Cooperação Aprofundada, para criar uma política ambiental, enquanto estratégia conjunta. Há que tomar como referência a política ambiental do País, para apoiar a concretização das metas de atingir o pico de emissões de CO₂ até 2030 e alcançar a neutralidade carbónica até 2060.

3. Os trabalhos hipocarbónicos de Macau, enquanto centro mundial de turismo e lazer, passam pelas áreas dos transportes e energias. Na construção civil, há que melhorar as técnicas e materiais, através de apoio político.

4. Para melhorar a qualidade do ar, e atingir as duas metas, há que promover as deslocações verdes, aperfeiçoar os sistemas pedonais, arborizar e alargar os passeios, e construir mais instalações para separação entre peões e veículos. Há que preconizar as caminhadas a pé curtas, e promover estilos de vida ecológicos, para, juntos, construirmos um belo lar!

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 09.06.2022

A cultura e a arte como instrumento de gestão social

A persistência da pandemia tem influenciado em diferentes níveis a economia, a vida da população e, em especial, a confiança das pessoas. É necessário reunir a sabedoria colectiva, apoiar totalmente o Governo, e estudar em conjunto formas de desenvolvimento em situação de pandemia.

A gestão das sociedades não pode limitar-se a determinados aspectos, como a economia e a segurança pública, precisa também da colaboração de todas as partes, tal como o coração, o fígado, e os rins, nenhum deles pode faltar para o funcionamento coordenado do organismo, e para que a saúde seja garantida. A cultura e as artes estão relacionadas com as pessoas, reflectem o seu estado espiritual, e constituem uma força importante para a gestão social.

Mesmo na actual situação pandémica, fiquei satisfeito quando vi um grupo artístico organizar, recentemente, uma exposição sobre a protecção ambiental, na qual participaram cerca de 60 jovens artistas de diferentes áreas, estudantes do ensino secundário e crianças, chamando a atenção para a relação entre o Homem e a natureza. Foram também realizados *workshops de arte* sob a temática da protecção ambiental dirigidos à comunidade, em articulação com o trabalho do Governo na promoção do conceito de protecção ambiental. A Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau (MUST) e a Companhia de Electricidade de Macau (CEM) têm trabalhado juntos para embelezar os quadros de distribuição de electricidade, colorindo a nossa cidade e levando o público a ver Macau através da arte pública. As organizações de reabilitação utilizam a pintura como meio para ajudar os toxicodependentes a abster-se do vício da droga, os tratamentos são feitos com medicamentos, mas a arte fornece-lhes apoio espiritual, e ambos se complementam.

Há dias, o Instituto Cultural realizou, em cumprimento do plano, o Festival de Artes de Macau, potenciando a força da arte na adversidade. A peça de teatro “Lorcha di Amor”, do grupo Dóci Papiaçám di Macau, convidou os espectadores a pensar sobre como lidar com a adversidade, abordando o turismo sob a pandemia. A representação conseguiu pacificar o nosso coração e levou-nos a vislumbrar algum alento neste período de dificuldades e recessão. Analisando o significado profundo destas iniciativas, podemos ver o papel da cultura e da arte na governança da sociedade.

Há 1175 anos, já na Dinastia Tang, Zhang Yanyuan, na sua obra “Quadros famosos de todas as eras”, sintetizou de forma iluminadora as funções da pintura, “a pintura promove a educação e a moral, e enquanto obra da epifania, detalha as revelações divinas; e é tão importante como os seis maiores sutras budistas, é fruto da natureza e volver das quatro estações”. Esta afirmação destaca as funções educativas e moralizadoras da pintura, equiparando-a aos cânones confucionistas, nomeadamente “Clássico da Poesia”, “Clássico dos Documentos”, “Clássico dos Ritos”, “Livro das Mutações” e “Anais de Primavera e Outono”. As actividades culturais que realizamos, quando são saudáveis, têm sempre a sua finalidade e desempenham, com maior ou menor grau, o papel promotor da “educação e da

moral”. Trata-se duma boa tradição milenar da nação chinesa.

O Governo tem trabalhado intensivamente na área cultural, conseguindo resultados notórios. Sugiro ao Governo que, perante a conjuntura interna e externa, complexa e instável, reforce o apoio à investigação sobre políticas e medidas para potenciar o papel da cultura e da arte na governança social, no sentido de incentivar os artistas, sobretudo jovens, a dedicar-se à construção da sociedade com iniciativas culturais e artísticas, e a conhecer a realidade da sociedade, para impulsionar a inovação, a energia positiva e a coesão social. Isto vai ao encontro do princípio preconizado pelo Governo Central, isto é, “reforçar e inovar a governança social”, para alcançar o objectivo de “Macau ser liderada pelo Governo, com participação social”. Para tal, há que garantir, na ideologia e nas acções, o rumo progressista, estável e ordenado do desenvolvimento, a fim de se criar, no quadro da prática inovadora “Um País, Dois Sistemas”, uma Macau da China cheia de dinamismo, confiança e esperança.

2022-06-09 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Os baixos salários, o tratamento como trabalhadores de segunda classe, explorados nos seus direitos e regalias, são os principais atractivos para muitas empresas insistirem em empregar trabalhadores não residentes e não especializados, ao invés de contratarem trabalhadores locais”.

A taxa de desemprego continua nos 4.5%, com tendência para aumentar face aos milhares de novos licenciados à procura de emprego e os que serão despedidos das seis concessionárias, nomeadamente os “croupiers” após aprovadas as novas leis e concedidas as respectivas concessões do Jogo aliado à diminuição dos casinos satélites.

As principais razões, de termos ainda, 167738 (cento e sessenta e sete mil e setecentos e trinta e oito mil) trabalhadores não residentes (TNR) (dados oficiais de Março 2022) na RAEM deriva da tolerância do Governo em autorizar de forma “desnorteada” a importação de mão-de-obra barata e não qualificada. Muitos destes trabalhadores de segunda classe são explorados nos seus direitos e regalias, como acontece todos os dias, com o não pagamento de horas extraordinárias.

Outros são forçados a reduzir os salários com a aquisição obrigatória de um número de acções da bolsa de valores de uma das concessionárias do Jogo. Mas enquanto estiverem a trabalhar, quase sempre, nenhum desses trabalhadores explorados se atreve a queixar contra a entidade patronal. E como também as entidades competentes não fiscalizam proactivamente estes abusos vão aumentando.

Os dados oficiais de Março/2022, indicam que mais de vinte mil trabalhadores não residentes e não especializados trabalham nos bancos, seguradoras, empresas financeiras, no comércio por grosso e retalho nomeadamente nas lojas de produtos luxuosos e nos casinos que muito bem poderiam ser ocupados pelos residentes locais, nomeadamente os

jovens licenciados e os trabalhadores de idade média que devido à pandemia perderam os seus empregos nos últimos dois anos.

Porque é que os jovens e os desempregados não têm capacidades de ocupar as cerca de 15 mil vagas ocupadas pelos trabalhadores não residentes e não especializados que trabalham no ramo imobiliário? A razão é simples. Os trabalhadores não residentes têm de ser mais obedientes e não atrevem reclamar dos seus direitos, caso contrário serão de imediato despedidos e recambiados aos seus locais de origem. E o cúmulo destes abusos atinge o ponto de se contratar trabalhadores não residentes e não especializados para trabalhar em organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Nestes últimos vinte anos, piorou a qualidade vida da maioria da população devido ao elevado custo de vida principalmente os aumentos brutais na alimentação, habitação, vestuário, recreação, prática desportiva, despesas pessoais e outras despesas.

As viúvas, os pensionistas e os aposentados são os que mais sofrem com a carestia da vida e compete ao Governo prestar todos os apoios necessários e suficientes para terem uma vida condigna. Os salários dos trabalhadores quase que estagnaram e muitas famílias principalmente os idosos, as famílias monoparentais, viram-se obrigadas a ir viver nas regiões adjacentes onde a vida é muito mais conveniente e mais barata. Esta é a realidade.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 09.06.2022

Aliviar as dificuldades na procura de emprego dos finalistas dos últimos anos e acelerar a formação de talentos, tendo em conta o mercado de trabalho

O Secretário para a Economia e Finanças, Lei Wai Nong, afirmou que os mapas do passado nem sempre conseguem levar-nos para os futuros destinos, portanto, devemos repensar e reposicionar. Mas, desde o retorno à Pátria, tanto no presente como no futuro, na RAEM existe apenas um governo, por isso, o caminho do futuro depende da atitude e das práticas inovadoras do governo da RAEM.

Desde a eclosão da epidemia, eu e o deputado José Pereira Coutinho recebemos diariamente centenas de pedidos de ajuda através do Wechat, Facebook, WhatsApp, entre outras plataformas sociais, dos quais a maioria provém de estudantes graduados. Queixam-se de não conseguirem emprego ao fim de dois ou três anos após a graduação. Houve ainda alunos que se inscreveram no “plano de estágio”, mas, como o plano dava prioridade aos finalistas sem experiência profissional, os que estavam a trabalhar a tempo parcial tiveram de se despedir para se poderem inscrever, mas, ao fim de 3 meses de estágio, não receberam qualquer notícia, ficando desempregados até à data, quando mais estudantes já saíram das universidades.

Devido ao impacto da pandemia, a economia está em baixa, por isso muitos graduados estão desempregados, e depois optam por trabalhar na entrega de comida ou em lojas que vendem refrigerantes de chá, empregos que não correspondem à sua formação. Mais, muitos estudantes inscreveram-se no “dia aberto da feira de emprego” organizado pela DSAL, mas os postos de trabalho disponíveis eram apenas para lavagem de loiça e segurança, não correspondendo aos cursos de formação da sua graduação. Mais, a maior parte destes postos exigem dois a três anos de prática profissional e esta exigência dificulta a vida das pessoas que não têm experiência de trabalho, dando a impressão de que querem que eles saiam da feira de emprego por saberem, de antemão, que não reúnem os requisitos.

É claro que os nossos graduados podem fazer trabalhos com menos importância, mas, do ponto de vista da reserva de quadros qualificados, o futuro desenvolvimento de Macau necessita deles e os actuais graduados, que vão agora ingressar na sociedade, são os futuros quadros qualificados, mas é necessário dar-lhes tempo de formação profissional, um processo de longo prazo e contínuo, não podendo ser desviado desde o princípio ao fim do decorrer do seu desenvolvimento.

Face ao exposto, proponho o seguinte:

1. O Governo deve criar um mecanismo aperfeiçoado de procura de emprego para a formação de estudantes universitários, devendo continuar a ser da responsabilidade desses estudantes compreender as suas aspirações de emprego alguns anos após a graduação, e

exigir que as empresas e departamentos relevantes tomem a iniciativa de combinar os graduados com empregos que correspondam às suas profissões, de acordo com as suas vagas de emprego internas e a procura da formação de talentos.

2. O Governo deve implementar procedimentos adequados para apoiar os candidatos a um emprego, não podendo ignorá-los depois de terminarem as acções de formação e de receberem os subsídios de formação. O Governo tem ainda a responsabilidade de ajudar os candidatos a encontrarem as suas empresas até ocuparem os respectivos postos de trabalho, e só assim é que se pode encerrar este processo de apoio.

3. Até ao momento, 17 500 residentes de Macau aderiram ao sistema de registo de dados de talentos da Comissão de Desenvolvimento de Talentos, dados que não reflectem a situação real do desenvolvimento de talentos de Macau. A Comissão deve tomar a iniciativa de recolher dados sobre potenciais talentos para enriquecer a sua base de dados. Ao mesmo tempo, deve cooperar com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, no sentido de separar, de forma detalhada, os talentos e as funções de diferentes níveis, integrando plenamente as informações profissionais valiosas dos sectores público e privado, para que os talentos de todos os níveis possam ser mobilizados na sua plenitude. É necessário então aproveitar bem os recursos humanos de Macau e evitar a sua fuga.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 09.06.2022

Exorto o Governo a acabar com as perturbações para os moradores, por causa da poluição inerente às oficinas de reparação de veículos localizadas em bairros comunitários

Em Outubro passado, umas dezenas de moradores do Edifício Sek I, na Travessa do Armazém Velho, apresentaram-me queixa, alegando que se tinham sentido mal com o forte odor químico dos trabalhos de pintura numa oficina de reparação de veículos, na loja do rés-do-chão desse edifício, e foram levados para o hospital para tratamento. Segundo informações recolhidas, os moradores na vizinhança incluem idosos, crianças, portadores de deficiência, doentes crónicos e grávidas. A poluição atmosférica resultante da pintura desta oficina tem um grave impacto na saúde dos moradores. Entretanto, devido ao depósito de materiais inflamáveis nessa oficina, em 9 de Outubro do ano passado houve um incêndio no meio de um processo de soldadura. Felizmente, os moradores detectaram o incêndio a tempo e procederam a uma rápida evacuação, e, graças aos esforços dos bombeiros em apagar o fogo, a vida e os bens dos moradores foram salvaguardados.

Assim, eu e os moradores em questão fomos ao Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) para transmitir a situação referida. Posteriormente, diversos serviços públicos, incluindo o IAM, o Corpo de Bombeiros (CB), os Serviços de Saúde (SS), a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP), etc., efectuaram uma acção conjunta em 1 de Novembro. Depois de uma inspecção *in loco*, concluíram que as condições sanitárias e a ventilação da oficina em causa eram insatisfatórias, por isso ordenaram a suspensão das actividades para correcção.

A oficina, após a suspensão das actividades durante algum tempo, reabriu as portas e continuou com o trabalho de pintura. Na semana passada (dia 1 de Junho), mais moradores em redor chamaram a polícia e foram internados, por terem inalado gases nocivos, continuando a apresentar queixas ao Governo e aos deputados. O caso entrou num círculo vicioso que afecta gravemente a vida quotidiana dos moradores em redor, o que contraria o conceito governativo de “servir melhor os cidadãos, e pôr a segurança da vida e a saúde da população em primeiro lugar”.

A perturbação causada pelas oficinas continua por resolver devido aos atrasos na actualização das leis que regulamentam a reparação de veículos, o que leva à ineficácia da execução da lei por parte do Governo. Segundo a resposta do Governo a uma interpelação minha, actualmente, as oficinas de reparação de veículos motorizados estão sujeitas a licenciamento nos termos do Decreto-Lei n.º 47/98/M e ao cumprimento dos diplomas legais relativos à segurança pública, à saúde pública e ao ambiente, que não são perfeitos. Ao abrigo da Lei n.º 6/99/M, as actividades de pintura podem constituir “factos perturbadores” para os moradores em redor, mas a lei não prevê sanções para as infracções, por isso os moradores só podem intentar uma acção cível contra o dono da oficina por violação de direitos, o que demora muito tempo e implica custos elevados, assim, é difícil resolver este problema com eficácia.

Para proteger a vida, a saúde e a segurança dos residentes, espero que o Governo possa, a curto prazo, de acordo com o grau de influência das oficinas de automóveis sobre a vida quotidiana da população, planear com as oficinas que envolvem processos de pintura o afastamento gradual das zonas comunitárias e a mudança para edifícios industriais. Deve estabelecer, quanto antes, as formalidades para o requerimento da licença administrativa e as condições concretas para regulamentar a exploração destas oficinas. Depois, o Governo deve proceder, o mais rápido possível, a um estudo sobre a localização das instalações industriais, para o processo de reparação de veículos, altamente poluidor e perigoso, ser afastado das zonas habitacionais.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 09.06.2022

Há que pôr em prática, quanto antes, a lei orgânica do Conselho de Consumidores e efectuar um inquérito sobre o estabelecimento do mecanismo de formação de preços dos combustíveis

A situação do “aumento rápido e da redução lenta dos preços, e da similaridade de preços altos” dos combustíveis em Macau tem sido questionada pela sociedade. Mais, a recente volatilidade dos preços internacionais do petróleo e a inflação global levaram a um aumento contínuo, em Macau, do preço dos combustíveis para veículos, do GPL em garrafa e do GPL centralizado. O preço da gasolina sem chumbo subiu para um máximo nos últimos meses, entre 13,94 e 14,40 patacas, quase 16 por cento mais alto do que no final do ano passado. Quanto ao GPL em garrafa para uso doméstico, o preço médio de uma garrafa de 16 kg subiu para um máximo de 364 patacas em Maio, mais 10 por cento do que em Fevereiro. O preço do GPL centralizado, caracterizado pela falta de transparência, subiu para mais de 50 patacas por metro cúbico em alguns edifícios.

Na realidade, a Lei de protecção dos direitos e interesses do consumidor está em vigor desde 1 de Janeiro deste ano. Esta lei destina-se a fazer face aos modelos emergentes de *marketing*, para combater as “práticas comerciais agressivas” e as “práticas comerciais enganosas”, a melhorar os mecanismos de resolução dos conflitos de consumo e a reforçar a protecção do consumidor em todos os aspectos, competindo também ao Conselho de Consumidores a execução da lei e a aplicação de advertências e de sanções contra as infracções administrativas, bem como o recurso à mediação ou arbitragem para resolução dos conflitos de consumo entre os consumidores e os operadores comerciais. Tudo isto contribui para resolver muitos conflitos de consumo.

O mais importante é que a nova “lei de defesa do consumidor” permite que, para proteger os interesses económicos do consumidor, o Conselho de Consumidores peça informações ao sector e realize uma investigação completa sobre o mecanismo de formação de preços, mas o artigo 20.º da mesma lei prevê que, antes de o Conselho de Consumidores “proceder, para efeitos de investigação e estudo sobre a formação dos preços, à recolha das informações que forem necessárias, as quais devem ser actuais, objectivas e completas”, deve ouvir as opiniões dos “organismos consultivos públicos no âmbito da protecção dos direitos e interesses do consumidor”. Entre esses organismos consultivos públicos está o Conselho Consultivo de Consumidores, independente do Conselho de Consumidores e composto por representantes das associações comerciais e civis, e profissionais, e criado segundo a nova lei orgânica em causa.

Na fase de apreciação da proposta de lei sobre a defesa do consumidor, o Governo também afirmou que, como a Lei de protecção do consumidor atribuía a competência sancionatória ao Conselho de Consumidores, e os inspectores tinham de proceder ao auto, abrir o processo e realizar a audiência, o Governo ia alterar a lei orgânica desse Conselho, para a respectiva coadunação com a nova lei, e que, quanto à dotação de pessoal, ia introduzir ajustamentos adequados nas carreiras. Mas é lamentável que, para além da alteração do quadro de pessoal do Conselho de Consumidores e do aumento do número de

lugares de inspector para 15, em finais do ano passado, a nova lei orgânica em causa ainda não entrou em vigor cinco meses após a entrada em vigor da nova “lei de defesa do consumidor”. Tanto à minha interpelação escrita de Novembro do ano passado sobre os respectivos diplomas complementares à lei de defesa do consumidor, como às questões levantadas por mim e por outros deputados na recente sessão de interpelação oral realizada na Assembleia Legislativa, o Governo não respondeu directamente, nomeadamente, quando é que vai actualizar a lei orgânica e vai ser criado o organismo consultivo, apenas afirmando que ia acelerar o procedimento.

É de salientar que, se o Governo continuar a não actualizar, nos termos legais, a lei orgânica do Conselho de Consumidores, sem criar o novo Conselho Consultivo de Consumidores, os poderes de execução e punição, bem como de criação de um mecanismo para a investigação de preços, atribuídos por lei ao Conselho, são como se fossem inexistentes. Assim, é difícil proteger eficazmente os direitos e interesses dos consumidores, sendo ainda mais um exemplo de fracasso da coordenação legislativa por parte do Governo.

Por isso, apelo ao Governo para, nos termos da lei, lançar, quanto antes, a nova lei orgânica do Conselho de Consumidores e criar um órgão consultivo para melhorar os poderes de execução e de criação de um mecanismo para a investigação de preços. Deve iniciar, o mais rápido possível, uma investigação e estudo sobre a determinação dos preços dos combustíveis para veículos, e das botijas de gás e do gás centralizado, apresentando medidas concretas para responder às dúvidas da sociedade sobre os elevados preços e o monopólio dos produtos petrolíferos em Macau.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 09.06.2022

Dar atenção ao equilíbrio entre a oferta e a procura de recursos humanos segundo as necessidades reais das micro, pequenas e médias empresas.

Captar “água viva”, estabilizar a economia e garantir o emprego através da atracção de investimentos e liberalização da política de imigração por investimento.

O Governo divulgou, há dias, as receitas do jogo dos meses de Janeiro a Maio, que foram muito inferiores às previstas. As taxas de desemprego e de subemprego mantêm-se elevadas e com a inflação e a epidemia, entre outros factores negativos, ainda são muitos, os comerciantes, as empresas e os cidadãos afectados.

O Governo anunciou o lançamento, em breve, de abonos para incentivar a contratação de residentes desempregados, atribuindo às empresas 20 mil patacas por cada pessoa contratada, e acredita-se com isto contribuir para o emprego. No entanto, sob o impacto da epidemia, as grandes e pequenas empresas, bem como as concessionárias do jogo, enfrentam dificuldades de exploração sem precedentes, pois os postos de trabalho continuam a diminuir, o que dificulta a reintegração dos desempregados no mercado de trabalho. Segundo um inquérito dum associação sobre o emprego dos finalistas, mais de 95 por cento dos jovens estão pessimistas quanto às suas perspectivas de emprego, achando que vão ser necessários seis meses a um ano até conseguirem emprego. Portanto, o ambiente económico e a situação do emprego continuam pouco optimistas.

Perante um ambiente tão complexo e difícil, o Governo deve ser cauteloso e adoptar uma abordagem paulatina no âmbito da revisão da lei do jogo e do estabelecimento do mecanismo de saída de trabalhadores não residentes. Diz-se que os ajustamentos ligeiros resultam em grandes impactos, e a sobrevivência das empresas não é só uma questão de subsistência de milhares de famílias, é também uma questão de estabilidade do sistema financeiro de Macau, implicando financiamentos e empréstimos, valores imobiliários, investimentos, hipotecas, etc. Para dar prioridade à estabilização da economia comunitária, há que assegurar, quanto antes, a sobrevivência das empresas predominantes e a subsistência dos trabalhadores da respectiva cadeia industrial, a par de dar importância à exploração e ao espaço de sobrevivência das micro, pequenas e médias empresas e das lojas.

Segundo consta, já foram permitidas, de forma gradual, as viagens entre províncias no Interior da China. Por isso é que estou a tentar, mais uma vez, exortar o Governo a negociar activamente com as diversas cidades seguras do Interior da China sobre a autorização de excursões de pequena escala, em prol da sobrevivência dos diversos sectores locais, aliviando assim as dificuldades dos residentes desempregados, em subemprego ou obrigados a tirar férias não remuneradas.

O Governo e as autoridades competentes não devem reduzir cegamente as quotas de trabalhadores não residentes, devem sim definir o mecanismo de saída destes trabalhadores pormenorizado e mais pragmático. Devem dominar as necessidades de

recursos humanos das PME, porque os residentes não estão à procura de trabalho nas áreas da limpeza e segurança, a receberem o salário mínimo de 6656 patacas, que é entendido como baixo de nível. O Governo deve apoiar as empresas, na sua exploração e sobrevivência, pois só assim é que é possível salvaguardar os postos de trabalho. Mais, com vista a estabilizar a economia local e a reforçar a confiança das empresas e dos cidadãos, deve ser proactivo, aproveitar adequadamente os terrenos desaproveitados para a captação de negócios e investimento, atrair as empresas estrangeiras de qualidade a investirem e desenvolverem as suas actividades em Macau, criar novos postos de trabalho, e acelerar os estudos sobre a aceitação de fixação de residência através de investimento, para introduzir “água viva”.

Apelo mais uma vez ao Governo para estimular a economia interna, ajustar de forma flexível as políticas de prevenção da epidemia e levantar as respectivas limitações, “desbloqueando” desse modo força dinâmica para reforço da economia comunitária, salvaguardando a auto-suficiência da economia local.

Para terminar, vou citar as palavras importantes do Primeiro-Ministro do Conselho do Estado e membro permanente do Comité Central do Partido Comunista da China, Li Keqiang, numa teleconferência nacional convocada no passado dia 25 de Maio cujo tema era a manutenção dos grandes índices económicos: é preciso consolidar e impulsionar a concretização das diversas políticas económicas, para que estas surtam efeitos; temos de nos empenhar em proteger os sujeitos do mercado, garantir o emprego, salvaguardar a qualidade de vida da população e a elasticidade da economia, garantir o crescimento adequado da economia, a redução da taxa de desemprego e o funcionamento da economia num intervalo razoável. O meu desejo é que o Governo da RAEM acompanhe, de perto, as grandes linhas e os grandes passos do País no âmbito da estabilidade económica.